



A LINGUISTÍCA INDÍGENA BRASILEIRA E SUAS NUANCES

Leonardo Sampaio Baleeiro Santana¹
Elizangela Fernandes Pereira Evangelista²
Andreia Firmino de Sousa Brito³
Aragoneide Martins Barros⁴
Ludmila Franco⁵

RESUMO

O contato entre portugueses e índios brasileiros começou no início do século XVI. Lembremos que o Brasil foi descoberto pelos portugueses em 1500 e que o povoamento dos colonos portugueses começou em 1530. Naquela época, grande parte da costa brasileira era ocupada pelos índios Tupinambás, cuja cultura e língua apresentavam apenas pequenas variações, apesar da grande extensão de seu território. Provavelmente, esta extensão sem diferenciação se deve a um movimento expansionista muito recente, ainda em curso e que pode ser observado no início do século XVI pelos portugueses. O estudo da possível influência fonológica e gramatical da linguística no português brasileiro deve ser feito não apenas com base no bom conhecimento da língua ou línguas indígenas envolvidas, mas também levando em consideração os dialetos particulares do português brasileiro, onde o investigado fato realmente ocorre. Até o momento, carecemos de estudos que conjuguem o conhecimento das línguas indígenas e dos dialetos do português brasileiro. Para tanto, o objetivo deste artigo é demonstrar a riqueza da culturalização indígena e suas diversas ramificações. Sabendo que desde a situações geopolíticas, distribuição e a diminuição da diversidade indígena (NASCIMENTO, 2012), são características que necessitam atenção por parte de todos para que a forma do expressar, o léxico e as raízes continuem fazendo parte do solo onde eles são os legítimos proprietários.

Palavras-chave: Brasileiros; Portugueses; Linguística.

RESUMEN

El contacto entre los indios portugueses y brasileños comenzó a principios del siglo 16. En ese momento, gran parte de la costa brasileña estaba ocupada por los indios Tupinambá, cuya cultura y lengua tenían solo pequeñas variaciones, a pesar de la gran extensión de su territorio. Probablemente esta extensión sin diferenciación se deba a un movimiento expansionista muy reciente, aún en curso y que puede ser observado a principios del siglo XVI por los portugueses. El estudio de la posible influencia fonológica y gramatical de la lingüística en el portugués brasileño debe hacerse no sólo sobre la base de un buen conocimiento de la lengua o lenguas indígenas involucradas, sino también teniendo en cuenta los dialectos particulares del portugués

¹ Membro do Grupo Interdisciplinar para Pesquisas e Estudos em Educação Intergeracional e Altas Habilidades (GIPEEIIHA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4525212051642722> E-mail: leonardosbsantana@gmail.com

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Tocantins (PPGE/UFT) Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9640770119317447> E-mail: elizzfernandes@hotmail.com

³ Graduada em Letras pela Universidade Estadual do Tocantins Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2315004348786247> E-mail: andreiafirminog@gmail.com

⁴ Membro do Grupo Interdisciplinar para Pesquisas e Estudos em Educação Intergeracional e Altas Habilidades. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0969821137252711> E-mail: neidemartins85@hotmail.com

⁵ Membro do Grupo Interdisciplinar para Pesquisas e Estudos em Educação Intergeracional e Altas Habilidades. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7380277470603297> E-mail: ludyfran@hotmail.com



brasileño, donde realmente ocurre el hecho investigado. Hasta la fecha, necesitamos estudios que combinen el conocimiento de las lenguas indígenas y los dialectos del Brasil portugués. Por lo tanto, el objetivo de este artículo es demostrar la riqueza de la culturalización indígena y sus diversas ramificaciones. Sabiendo que desde situaciones geopolíticas, distribución y disminución de la diversidad indígena (NASCIMENTO, 2012), son características que necesitan atención por parte de todos para que la forma de expresarse, el léxico y las raíces sigan siendo parte del suelo donde son los legítimos dueños.

Palabras clave: Brasileños; Portugués; Lingüística

ABSTRACT

The Contact between Portuguese and Brazilian indexes began in the early 16th century. Let us remember that Brazil was discovered by the Portuguese in 1500 and that the settlement of Portuguese colonists began in 1530. At that time, a large part of the Brazilian coast was occupied by the Tupinambás Indians, whose culture and language had only small connections, despite the great extent of their territory. Probably this extension without differentiation is due to a very recent expansionist movement, still underway and that can be observed in the beginning of the 16th century by the Portuguese. The study of the possible phonological and grammatical influence of linguistics in Brazilian Portuguese should be done not only on the basis of good knowledge of the original language or languages, but also taking into account the particular dialects of Brazilian Portuguese, where the investigated fact actually occurs. So far, we lack studies that combine knowledge of indigenous languages and dialects of Brazilian Portuguese. To this end, the objective of this article is to demonstrate the richness of indigenous culturalization and its various ramifications. Knowing that since the geopolitical hypotheses, distribution and reduction of indigenous diversity (NASCIMENTO, 2012), they are characteristics that attention on the part of all so that the way of expressing it, the lexicon and the roots remain part of the soil where they are the legitimate owners .

Keywords: Brazilians. Portuguese. Linguistics.

INTRODUÇÃO

O Brasil é, de maneira geral, um país de diversidade. Não é apenas conhecido por ter a maior floresta tropical remanescente do planeta e vida selvagem⁶, mas também é conhecido por ser rico em cultura. É preciso dizer também que sempre foi um país de migração. Assim, nos últimos cinco séculos pessoas de todo o mundo imigraram para o Brasil e trouxeram consigo rituais e tradições estrangeiras, que acabaram também enriquecendo a cultura brasileira. No entanto, antes de se tornar uma colônia portuguesa em 1500, o Brasil já era habitado por muitos povos indígenas. A maioria deles foi extinta com o processo de colonização, mas mesmo depois disso os indígenas tiveram que lutar e lutar por suas vidas. Infelizmente, essa condição continua sendo verdade hoje em dia.

⁶ Dado disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/O-que-fazemos/Amazonia/>> Obtido em: 20/03/2021



Embora o português seja a língua oficial e mais falada no Brasil, existem também cerca de 215 outras línguas que são faladas neste país (OLIVEIRA, 2009, p. 20). A maioria dessas línguas é falada por povos indígenas. Assim, o Brasil pode, sem dúvida, ser considerado multilíngue. Essa vasta variedade linguística, porém, não é promovida nem apreendida de forma adequada pelo governo brasileiro, embora existam leis para protegê-la. Paradoxalmente, o Brasil sempre teve uma política voltada para o monolinguismo. No entanto, há cada vez mais partidos, como por exemplo a ONG 'Amazon Watch' e 'Survival' e também a agência governamental de proteção 'FUNAI', que tem interesse em proteger a diversidade cultural indígena, incluindo suas línguas.

A política linguística do Brasil é uma questão muito complexa e não pode ser apresentada em sua complexidade neste documento de conclusão de curso. Portanto, este artigo enfocará principalmente as línguas indígenas, as leis e direitos indígenas, bem como a educação indígena. O primeiro capítulo trata dos povos indígenas no Brasil, sua situação geopolítica, suas línguas e preconceitos linguísticos em relação a eles. O segundo capítulo enfoca como as línguas indígenas são promovidas. Isso inclui como os programas de escolas e universidades indígenas evoluíram nos últimos séculos e especialmente na última década e como os materiais didáticos também melhoraram. Por fim, é feita uma conclusão, seguida da lista de fontes e declaração sobre a autenticidade deste trabalho de conclusão de curso.

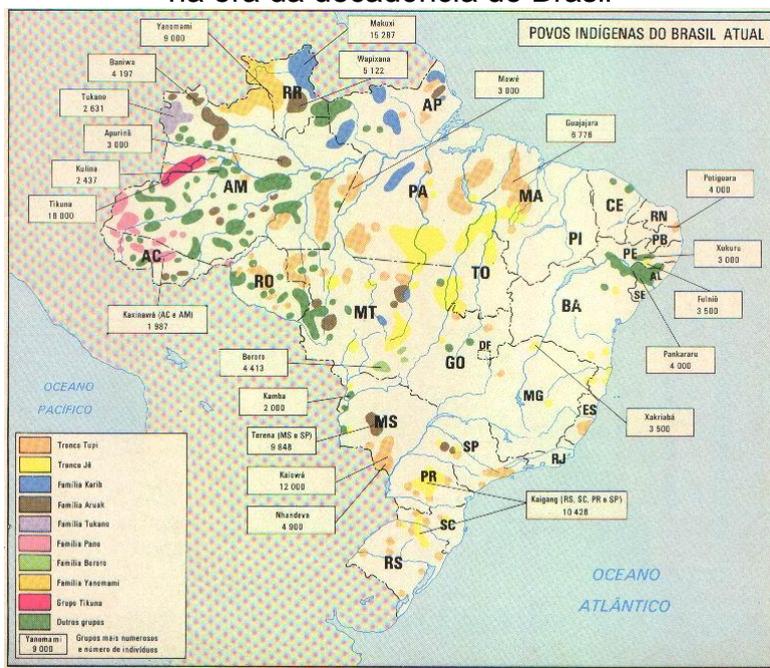
POVOS INDÍGENAS NO BRASIL: SITUAÇÃO GEOPOLÍTICA DOS NATIVOS

Estima-se que quando os portugueses desembarcaram no Brasil pela primeira vez em 1500, havia cerca de cinco milhões de pessoas vivendo em mais de 1000 tribos diferentes. Milhares de índios foram escravizados e forçados a trabalhar para senhores coloniais quando eles começaram a forragear as terras recém encontradas. Naquela época, muitas tribos não só foram brutalmente assassinadas por não quererem se submeter aos horrores da escravidão, mas também por exposição a novas doenças que os europeus haviam trazido com eles e para as quais os índios não tinham imunidade. O genocídio evoluiu de maneira tão drástica que no século 17 havia apenas alguns índios na costa. Para não



perder a força de trabalho, escravos africanos foram importados para trabalhar nas plantações de açúcar. Embora a escravidão dos indígenas tenha sido abolida em 1755.

Figura 1. A provável distribuição dos povos indígenas na era da decadência do Brasil⁷



Fonte: Blog Índios do Brasil

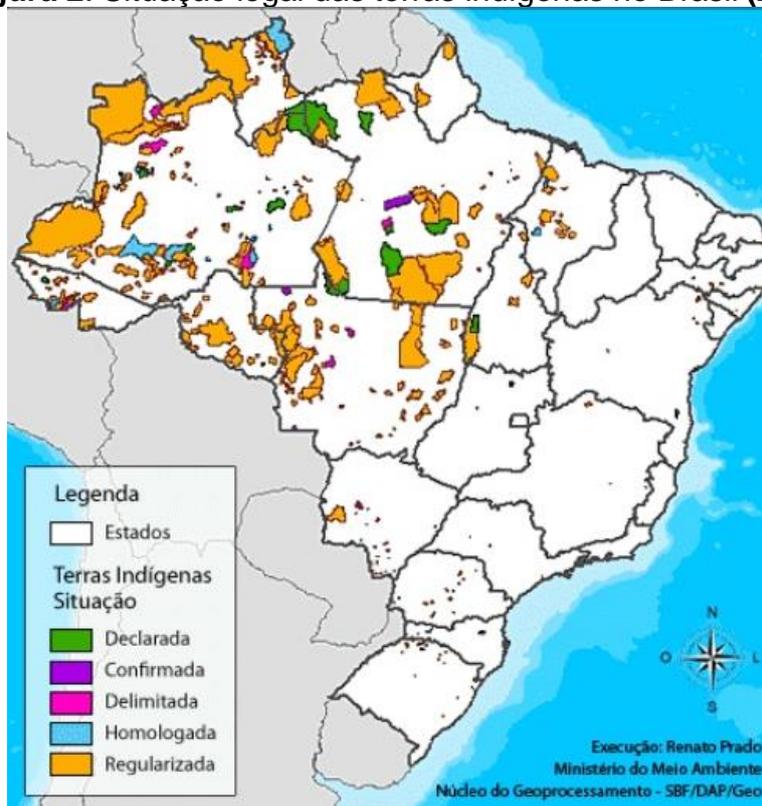
O mapa acima (Figura 1) mostra a distribuição linguística presumida das famílias de línguas indígenas quando os europeus chegaram ao Brasil pela primeira vez. Conseqüentemente, o mapa mostra também a possível distribuição dos povos indígenas naquela época. Como se vê, a população indígena do Brasil não se fixou em um ponto específico, mas em todo o país. Acredita-se que os maiores grupos indígenas tenham sido falantes das línguas Jê, localizadas na região central, norte e sul do país, além de falantes das línguas tupi-guarani, que também era um grupo amplamente difundido, mas principalmente estabelecido na costa. O Norte do Brasil era o lar de outras quatro grandes famílias de línguas indígenas: Pano, Aruak, Tukano e Karib. No sul do Brasil viviam principalmente índios que falavam as línguas tupi-guarani, Línguas Jê e Línguas Charrua. No lado oeste do país, também vivia uma ampla gama de famílias de línguas

⁷ Disponível em: <http://indiosdobrasil.com/2009/03/etnias-e-idiomas-indigenas_17.html> Obtido em: 20/03/2021



indígenas, que eram, no entanto, significativamente menores do que os grupos mencionados. A distribuição geográfica dos povos indígenas mudou drasticamente desde 1500. Como pode ser visto claramente no mapa abaixo, as tribos indígenas estão assentadas principalmente no noroeste do Brasil atualmente. Também fica claro que o ambiente em que vivem foi extremamente reduzido em tamanho. tribos indígenas são estabelecidas principalmente no noroeste do Brasil hoje em dia. Também fica claro que o ambiente em que vivem foi extremamente reduzido em tamanho. tribos indígenas são estabelecidas principalmente no noroeste do Brasil hoje em dia. Também fica claro que o ambiente em que vivem foi extremamente reduzido em tamanho.

Figura 2. Situação legal das terras indígenas no Brasil (2007)



Fonte: Ministério do Meio Ambiente

A figura 2 é um mapa publicado pelo Ministério do Meio Ambiente do Brasil que mostra a situação legal das terras indígenas no Brasil em 2007. As terras indígenas são classificadas em cinco tipos diferentes: declaradas, confirmadas, delimitadas, aprovadas e regulamentadas. Terras regulamentadas, marcadas em laranja, podem ser encontradas em algumas áreas próximas à fronteira com



o Peru, Colômbia, Venezuela e Suriname. Deve-se esclarecer que uma 'situação regulamentada' não significa que os índios não corram o risco de serem atacados por intrusos ou que possuam qualquer tipo de propriedade das terras em que vivem. A terra ainda é controlada pelo governo brasileiro. O status regulamentado significa apenas que as tribos que vivem no tipo de área mencionado, poderia estabilizar o número da população e eles não estão tão ameaçados de extinção em breve quanto as tribos que vivem em outras áreas do país. Resulta do exposto que em todos os outros estados a questão fundiária permanece ainda mais instável.

As terras declaradas, marcadas em verde, podem ser encontradas principalmente no estado do Pará. A terminologia 'declarado' significa que uma determinada área em que vivem tribos indígenas é conhecida pelo governo e é declarada como tal de forma aberta. Porém, assim como as áreas confirmadas, delimitadas e aprovadas, esse tipo de terreno não está devidamente protegido pelo governo. Assim, as tribos que vivem nessa área são bastante vulneráveis. O termo 'confirmado', marcado em roxo, é usado para áreas para as quais a existência de povos indígenas foi especulada por um período significativo de tempo e que acabou sendo confirmada como verdadeira. Terrenos delimitados, marcados em rosa, podem ser encontrados nos estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso. Para essas áreas demarcadas, a condição das tribos é muito crítica e é muito improvável que o número de índios que vivem naquela área tenha capacidade de recuperação. As áreas de terras aprovadas, marcadas em azul claro, encontram-se nos estados do Amazonas e Roraima. Terras aprovadas são legalmente semelhantes aos pedaços de terra declarados porque ambos são considerados conhecidos pelo governo. Mas, ao contrário das terras declaradas, as áreas aprovadas não podem ser administradas por povos indígenas (BRASIL, 2012).

DISTRIBUIÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

Cinco séculos de assassinato, exploração, tortura e doenças reduziram drasticamente o número de indígenas no Brasil. Atualmente, restam apenas 350.000 índios brasileiros que vivem em 215 tribos distintas, das quais 53 tribos permanecem isoladas (NASCIMENTO, 2012). Um terço das tribos brasileiras



somam menos de 200 indivíduos cada. Infelizmente, as ações criminosas contra os nativos continuam acontecendo. A razão pela qual os indígenas no Brasil ainda estão em perigo é porque as terras onde vivem e dependem não é devidamente protegida pelo governo. A invasão e a exploração da terra muitas vezes permanecem impunes. Como consequência, seu habitat é irreversivelmente danificado ou destruído. Ou seja, os índios brasileiros são ameaçados, torturados, expulsos de suas terras e até mortos hoje em dia por motivos econômicos (FUNAI, 2021)

Embora o Brasil tenha um departamento governamental para assuntos indígenas, denominado FUNAI (2021), falha em evitar que intrusos nacionais e internacionais violem terras residentes por indígenas e o desaparecimento de tribos indígenas em uma média de uma a duas tribos a cada dois anos. É por isso que o problema da terra se tornou a questão mais importante para os índios brasileiros. Terras protegidas que não são apenas usadas e administradas, mas de propriedade de índios, do ponto de vista jurídico, significariam menos dependência do governo brasileiro e mais direito de autodeterminação. No entanto, nenhum dos povos que viveram muito mais tempo no Brasil do que os descendentes dos europeus tem permissão para possuir as terras em que vivem. Essa circunstância ultrajante foi ativamente promovida pelo governo brasileiro até 1988. Embora já existam leis nacionais e internacionais, que permitem que grupos indígenas possuam suas próprias terras, o governo brasileiro tende a ignorar essas leis de qualquer forma, se for para a conveniência do governo e da economia (FUNAI, 2021).

Concluindo, a situação geopolítica dos indígenas no Brasil é caracterizada pela injustiça, brutalidade e incerteza. Isso acaba afetando todos os outros aspectos do indigenismo no Brasil, incluindo sua política linguística.

DIMINUIÇÃO DA DIVERSIDADE DAS LÍNGUAS INDÍGENAS

Como já foi mencionado, os indígenas viviam em todo o país há alguns séculos. Atualmente, os índios brasileiros se assentam principalmente nos estados de Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Acre, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins (IBGE, 2010). É evidente que, com a diminuição massiva da população indígena no Brasil, o número de línguas



faladas também foi minimizado. Embora não existam dados precisos sobre quantas línguas indígenas ainda são faladas no Brasil, a maioria dos cientistas estima que pode ser um número entre 180 (IBGE, 2010) e 110 (NASCIMENTO, 2012) línguas. É claro, porém, que todas essas línguas são línguas minoritárias.

Para cada idioma, o número de falantes pode variar muito. A língua indígena brasileira com maior número de falantes é o Ticuna. Possui cerca de 32.613 falantes e é falado no estado do Amazonas. As línguas Yanomami, Makuxi, Terena e Kaingang têm cerca de 10.000 falantes. Cerca de 110 línguas tribais têm menos de 400 falantes cada e outras 40 línguas são faladas por menos de cem pessoas. Existem também idiomas, que não têm mais de 20 falantes. A probabilidade de essas línguas morrerem é muito alta. É também muito provável que todas as outras línguas indígenas percam cada vez mais falantes porque a importância e a difusão do português são cada vez mais dominantes. Assim, as línguas indígenas são afastadas e sabemos o quão importante é a proteção da língua materna indígena. Sobre isso, Grupioni (2001), ressalta que:

[...] o direito dos povos indígenas no Brasil a uma educação diferenciada e de qualidade, ali inscrito pela primeira vez, encontrou amplo respaldo e subsequente. Com a Constituição de 1988, assegurou-se aos índios no Brasil o direito de permanecerem índios, isto é, de permanecerem eles mesmos com suas línguas, culturas e tradições. Ao reconhecer que os índios poderiam utilizar as suas línguas maternas e os seus processos de aprendizagem na educação escolar, instituiu-se a possibilidade de a escola indígena contribuir para o processo de afirmação étnica e cultural desses povos e ser um dos principais veículos de assimilação e integração. Depois disso, as leis subsequentes à Constituição que tratam da educação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação, têm abordado o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada, pautada pelo uso das línguas indígenas, pela valorização dos conhecimentos e saberes milenares desses povos e pela formação dos próprios índios para atuarem como docentes em suas comunidades. A constituição ainda reconhece aos índios “os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”, definindo essa ocupação não só em termos de habitação, mas também em relação ao processo produtivo, à preservação do meio ambiente e à reprodução física e cultural dos índios. (GRUPIONI, 2001, p. 130)

Conforme mencionado acima, vemos muito dos direitos indígenas sendo cancelados. No entanto, a maioria dessas línguas pertence a uma das seguintes famílias de línguas principais: Tupi, Macro-Jê, Karib, Aruak e Pano.



Além dessas famílias de línguas, existem outras nove famílias de línguas, que são, no entanto, bastante pequenas em comparação com os grupos de línguas acima mencionados, e dez casos isolados linguisticamente. Dito de outra forma, há dez línguas que não se enquadram em nenhum perfil de família de línguas conhecido.

A família linguística Tupi é composta por trinta e três línguas e dialetos tupi-guarani, sete línguas Mondé, três línguas Tupari, duas línguas Munduruku, Ramarana e Juruna, além das línguas Aweti, Mawé e Puruborá. Embora a maioria das línguas dessa família de línguas seja falada no Brasil, a expansão de algumas línguas extrapola as fronteiras brasileiras, pois também são faladas na Bolívia, Peru, Venezuela e Paraguai,

As línguas que fazem parte da família linguística Macro-Jê são faladas principalmente na região sul do Maranhão e no estado do Pará. No entanto, alguns idiomas podem ser encontrados no centro e no sul do país. A família Macro-Jê compreende ainda as línguas Jê, línguas Bororo, línguas Botocudo, línguas Karajá, Línguas Maxacali e Línguas Pataxó. Uma característica especial dessa família de idiomas é que ela só pode ser encontrada no Brasil. Ao contrário do Macro-Jê, a família linguística Karib também está presente nos países vizinhos Guiana, Venezuela e Colômbia. Um total de vinte línguas é considerado parte da família de línguas Karib. As famílias linguísticas Pano e Aruak incluem também línguas faladas em vários países.

Entre outras coisas, estima-se também que, desde que os portugueses chegaram ao Brasil, mais de mil línguas indígenas foram extintas. Este número em si já é bastante impressionante, mas torna-se ainda mais esmagador quando se considera que o número total estimado de línguas faladas no Brasil no século 16 era de aproximadamente 1176. Isso implica que cerca de 85% de todas as línguas faladas no Brasil, que eram falada na época em que os portugueses invadiram o país, morreu (FUNAI, 2021).

Hoje em dia as línguas indígenas no Brasil ainda correm o risco de cessar. Para prevenir esse desenvolvimento, muitos cuidados devem ser tomados. Entre outras coisas, o sistema de educação indígena deve ser melhorado, bem como a situação legal para as línguas mencionadas. No entanto, o preconceito contra os povos indígenas, seus rituais, sua cultura de modo geral perderam injustamente até os dias de hoje.



CONHECIMENTO INDÍGENA E MUITAS NATUREZAS

Se assumirmos que existem muitos mundos, poderíamos assumir que existem muitas naturezas, significando não apenas diferentes entendimentos e concepções da natureza, mas também das relações sociedade-natureza. Reconhecer que vai além de uma perspectiva “gerencial” em que o conhecimento indígena ou local é apenas algo a ser adicionado à política, programa ou projeto ambiental, ao invés, é uma reivindicação de paridade epistemológica. Isso significa considerar diversos sistemas de conhecimento em seus próprios termos, não separados das visões de mundo e cosmologias das quais se originam.

Os sistemas de crenças ocidentais modernos têm como premissa a separação entre sujeito e objeto, e entre humano e natureza. Rudy e White (2014) apontaram que as visões de mundo dualistas não são universais culturais. É importante destacar que essas formas de conhecer e se relacionar com a natureza devem ser consideradas como “tipos ideais” que podem contribuir para estudos mais reflexivos e plurais da política ambiental global e de RI. Como afirmado acima, o hibridismo ontológico está mais próximo do que chamamos de “realidade”. Na verdade, os sistemas de conhecimento são dinâmicos e mudam. No entanto, por causa dos desequilíbrios de poder, as formas indígenas de saber foram obscurecidas e marginalizadas (SMITH, 1999), portanto, vê-los como tipos ideais é apenas uma tentativa de colocá-los em diálogo com as formas modernas de conhecimento.

A ideia de muitas naturezas ressoa com uma teorização pós-positivista em Relações Internacionais que aponta para a importância da cultura e da identidade para a compreensão da política mundial. Além disso, Behera (2010, p. 104) destaca noções culturalmente específicas de temporalidade e espaço como fontes de disjunção entre os modos de conhecimento ocidentais e não ocidentais. Ela argumenta que os sistemas de crenças ocidentais modernos têm como premissa as relações instrumentais entre os seres humanos (sujeito) e a natureza (objeto).

Argumentamos que os modos indígenas de conhecer e como eles veem e se relacionam com a natureza são diferentes dos modos ocidentais. Essa não é uma afirmação essencialista sobre o valor do conhecimento indígena, mas um



chamado para apreciar suas formas de conhecê-los e considerá-los em termos de igualdade com a ciência. Para ilustrar esse ponto, trazemos exemplos de Povos Indígenas no Brasil e na América do Norte. Este não é o resultado de uma pesquisa etnográfica sistemática, mas de um diálogo nativo com corpos de literatura que não pertencem ao seu habitat.

Gomes (2004) afirma que o conhecimento tradicional indígena oferece uma base potencial para reconstruir as comunidades indígenas. Em nossa opinião, sua recuperação também pode oferecer uma base para repensar os estudos ambientais globais. Wilson enfatiza que os sistemas de conhecimento indígenas devem ser avaliados em seus próprios termos, pois eles simplesmente sabem de forma diferente:

(...) Embora as generalizações sejam às vezes difíceis através das fronteiras tribais, alguns pontos em comum permanecem. Por exemplo, os povos indígenas parecem compartilhar a crença de que nosso modo de vida, terra, cerimônias e linguagem são de origem divina. Ou seja, uma força divina colocou cada nação indígena, ou nos guiou, para um lugar específico que seria o nosso, e nos forneceu um conjunto de orientações originais sobre como deveríamos viver. Isso está em desacordo com as explicações antropológicas de como nossas "culturas" foram construídas (...). Mas, como indígenas, "conhecemos" de maneira diferente, sabemos que essas coisas não são imaginadas, mas um reflexo de nossa realidade. (...) (WILSON, 2004, p. 74).

Athayde et al. (2016) enfatiza que o conhecimento local é um ponto de partida para a construção participativa do conhecimento ou para engajar diferentes saberes para resolver um problema específico. Tal afirmação está em sintonia com os diálogos e a necessidade de considerar os múltiplos mundos fazendo política mundial. No entanto, Athayde et al (2016) reconhecem que existem várias barreiras e restrições para o envolvimento transdisciplinar entre os sistemas de conhecimento acadêmico, técnico e indígena, incluindo restrições epistemológicas, políticas e financeiras (ATHAYDE et al. 2016, p. 17). Além disso, há tensão sobre a autoridade e a legitimidade do conhecimento da mesma forma que há tensão sobre o controle da terra e dos recursos (BERKES 2012, 14).

De acordo com Wilson (204, 5-6), indigenizar a academia significa mais do que torná-la receptiva e responsável pelos objetivos das Primeiras Nações de autodeterminação e bem-estar, e vai além de uma apreciação pela diversidade de cor e gênero. Significa trazer diversidade de pensamento, visão de mundo e



valores. É uma reafirmação dos fundamentos epistemológicos e ontológicos indígenas (WILSON, 2004, p. 71).

Acreditamos que a paridade epistemológica é fundamental para descobrir atores invisíveis ou ouvir outras vozes no processo de compreensão da política ambiental global. Vale ressaltar que o esforço de resgate do conhecimento indígena dentro da academia pode presumir que ele pode ser efetivamente transferível para uma instituição. No entanto, há muito conhecimento tribal impróprio para o microscópio, manuscrito ou sala de aula. Por exemplo, qualquer coisa que trate do sagrado não deve ser compartilhada com pessoas de fora de sua própria comunidade ou estudada (WILSON, 2004, p. 73-74).

O povo Xerente, é a multidão sobrevivente na Amazônia central brasileira, após a ocupação pelos colonizadores vindos do litoral do Brasil. De acordo com sua cosmovisão, uma enorme árvore que sustenta o céu é o sustentador do mundo. Além disso, o mundo é constituído por elementos com poder sobrenatural que influenciam diretamente as vidas humanas. Todos os elementos do mundo (ou meio ambiente), como rios, florestas e animais possuem uma alma independente. Esses elementos são controlados pelo seu espírito sobrenatural correspondente, que por sua vez, zela por esses elementos (por exemplo, o Kãtdê-kwa cuida das águas, o Mrãitdê-kwa cuida da floresta, e Hêpãrwawe é o mais temido por ser o patrão de todos os espíritos).

Os espíritos são considerados proprietários-controladores do respectivo elemento da natureza, podendo interferir diretamente na provisão e no sucesso das atividades dos Povos Indígenas Xerente como pesca, caça, planejamento e colheita. Os espíritos dos elementos também podem controlar as ações predatórias da humanidade pela criação de um feitiço contra os humanos. Segundo seus ensinamentos míticos, deve haver uma postura respeitosa com o meio ambiente também porque por meio da interação com os elementos do meio e sua observação, é possível desenvolver conhecimentos necessários à vida. Esse mito estabelece que, por exemplo, os povos Xerente aprenderam a acender fogo com a onça-pintada da Amazônia; tecer com fibra de buriti com o papagaio; plantar e colher foram ensinados pelas estrelas (MELO, 2010).

Portanto, a interação dos Povos Indígenas Xerente com o meio ambiente não é apenas íntima e respeitosa, mas também uma fonte de conhecimento.



As concepções indígenas sobre a natureza variam muito, pois cada grupo étnico tem sua forma particular de conceber a natureza e compreender as relações estabelecidas com ela. No entanto, pode-se dizer que há algo em comum entre todos eles, que é que o “mundo natural” é, antes de tudo, uma ampla rede de inter-relações entre agentes (humanos ou não humanos). Isso significa que o ser humano está sempre interagindo com a natureza e que essa entidade não é intocável. Outro exemplo são os Povos Indígenas Yanomami (norte da Amazônia), que usam a palavra urihi referindo-se à Terra-Floresta, que significa “ser vivo com golpe vital” e “princípio da fertilidade” de origem mitológica. Nesse sentido, o urihi é habitado por muitos espíritos, entre os quais também habitam os espíritos xamãs Yanomami e seus guardiães. Em relação ao fornecimento de alimentos e proteção contra doenças, os Yanomami confiam que a sobrevivência do homem e da humanidade na sociedade depende das relações entre os espíritos da floresta. Nessa concepção, a “natureza” é um cenário que não pode ser separado da intervenção humana.

Em suma, o conhecimento indígena pode ser caracterizado por ser holístico, incorporado e limitado ao local e pela importância da comunidade e dos valores morais. Esse conhecimento não é construído com base em dicotomias e divisões. Não há separação entre natureza e cultura, ou entre sujeito e objeto. Assim, existe uma abordagem não instrumental da natureza. Além disso, não há separação entre as dimensões física, espiritual, emocional e intelectual, nem há a noção de diferentes campos do conhecimento que resultou nas divisões entre as disciplinas acadêmicas. Além disso, como Berkes destaca, muitos sistemas de conhecimento indígenas e tradicionais tendem a ter um amplo contexto moral e ético (BERKES, 2012, p. 11).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito mais poderia ser dito sobre o conhecimento indígena e suas concepções da natureza, mas por enquanto devemos nos perguntar quais são as implicações para a política ambiental global no Antropoceno? Apesar de não serem “ambientalistas”, os povos indígenas geralmente têm consciência de sua dependência da natureza, não apenas física, mas principalmente



cosmologicamente. Esse é um aspecto epistemológico que deve ser levado em consideração e vai além do discurso do ecoindigenismo (SISSONS, 2005). Reconhecemos que devido a essa consciência, os povos indígenas têm desenvolvido formas de manejo dos recursos naturais que têm se mostrado fundamentais para a proteção dos ecossistemas em todo o planeta, por exemplo, para a proteção e conseqüente preservação da floresta amazônica brasileira. De fato, a maioria dos territórios dos povos indígenas na bacia amazônica em geral detém a maior densidade de carbono, umidade extraordinária e índices pluviométricos. Assim, há uma razão pragmática para valorizar o conhecimento indígena e o Direito Internacional e muitos sistemas jurídicos nacionais já os reconhecem. Nosso argumento é que esse reconhecimento não é suficiente.

Mais importante do que reconhecer o papel pragmático dos povos indígenas na proteção de áreas florestais, savanas, pântanos e assim por diante, devemos considerar os valores do conhecimento indígena em seus próprios termos. Como destaca Wilson (2004, p. 71), esse reconhecimento vai além de uma apreciação pela diversidade, mas significa trazer diversidade de pensamento, visão de mundo e valores. Berkes (2012, p. 06) observa que os aspectos ecológicos da tradição não podem ser divorciados do social e espiritual. O autor fala de "sentido de lugar", que está intimamente relacionado com a forma como o significado e os valores estão enraizados na terra.

Embora o argumento seja bastante abstrato e até certo ponto filosófico, há uma dimensão política nele, pois para os povos indígenas o conhecimento está ligado à terra que está ligada à cultura e à cosmologia. Assim, a paridade epistemológica entre os sistemas de conhecimento pode ser vista como parte fundamental das lutas dos povos indígenas. Para estudos de Relações Internacionais e políticas ambientais globais, a maneira como construímos conhecimento e fazemos os mundos importa. O reconhecimento de que existem muitas naturezas sobre as quais a política ambiental é construída decorre do reconhecimento de muitos mundos na política mundial. Além disso, como afirmado acima, mundos e naturezas são híbridos e dinâmicos, portanto, a paridade epistemológica entre os diferentes sistemas de conhecimento é uma forma de escapar das dicotomias da modernidade para os estudos de RI e do meio ambiente global.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATHAYDE, S. et al., "**Envolvendo o conhecimento indígena e acadêmico sobre as abelhas na Amazônia**: implicações para a gestão ambiental e pesquisa transdisciplinar" *Jornal de Etnobiologia e etnomedicina*. 12/12/2016

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente - **MMA**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br>>. Obtido em: 19/03/2021

BRASIL, Fundação Nacional do Índio - **FUNAI** (2021). Disponível em: <www.gov.br/funai/pt-br>. Obtido em: 19/03/2021

BEHERA, Navnita. "**Re-imaginando o RI na Índia**". In *Non-Western International Relations Theory (Orgs.) Acharya, Amitav & Buzan, Barry. Perspectives On and Beyond Asia*, 2010.

LEIS, Héctor Ricardo. **A Modernidade Insustentável**. As críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Petrópolis: Editora Vozes, Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

LING, LHM, **The Dao of World Politics**. Rumo a um worldist pós-vestfaliano *Relações Internacionais*, Londres e Nova York, Routledge, 2014

MELO, Valéria Moreira Coelho de. Diversidade, **Meio Ambiente e Educação**: Uma Reflexão a Partir da Sociedade Xerente, Dissertação de mestrado, CIAMB / UFT, 2010, p.70-80

NASCIMENTO, André. **Blog André Nascimento**. Disponível em: <<http://engandrenascimento.blogspot.com/2012/07/reservas-no-pais-ha-488-terras.html>>. Obtido em: 19/03/2021

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Urbanização e Tribalismo**: a integração dos índios Terena numa sociedade de classes. São Paulo, Zahar, S/d.

RUDY, Alan P. e White, Damian. "Hybridity", In **Critical Environmental Politics - Interventions**. Morte Editado por Carl Death. Londres e Nova York: Routledge, 2014.

SMITH, Linda Tuhiwai, **Metodologias de Descolonização, Pesquisa e Povos Indígenas**. Primeira edição. Livros Zed. 1999.

TOMMASINO, Kimiye. **A ecologia dos Kaingang da bacia do rio Tibagi**, Cap. 6 In: *A bacia do rio Tibagi*, Org. Moacyr E. Medri et al. 2002.

WILSON, Angela Cavender. "**Recuperando Nossa Humanidade**: Descolonização e Recuperação do Conhecimento Indígena". Em *Indigenizando a Academia. Bolsas de estudo transformando e empoderando comunidades*. (Orgs.) Mihesuah, Devon Abbott e Wilson, Angela Cavender. University of Nebraska Press, 2004.